

## A CONSTITUIÇÃO DE IDENTIDADE DE GÊNERO E O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: UM ESTUDO DISCURSIVO

Carlos Roberto Bezerra Costa; Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lúcia Helena Medeiros.

Universidade Estadual do Rio Grande do Norte [crbcosta2@gmail.com](mailto:crbcosta2@gmail.com)

**Resumo:** Este texto é um recorte da dissertação intitulada Ensino de Língua Portuguesa e Constituição de Identidades de Gênero. As relações entre os sujeitos, ao longo dos séculos, mantêm caráter excludente. Percebe-se que foi designado à mulher e a todos os que não se ajustam aos estereótipos referentes à superioridade do varão, uma condição de inferioridade e de submissão que tem sido reproduzida e perpetuada nas práticas discursivas. E o cotidiano escolar muitas vezes contribui para reforçar essas desigualdades sociais. A escolha deste tema para a pesquisa se justifica pelo fato de a análise do discurso ser uma alternativa viável para uma melhor exposição do funcionamento da língua materna no sentido de contribuir para se conhecer como as relações de gênero se estabelecem dentro de um sistema hierárquico que dá lugar às relações de poder, nas quais a supremacia do masculino é quase sempre hegemônica. Neste viés esta pesquisa tem por objetivo investigar modos de representação e de constituição das identidades de gênero em práticas discursivas no ensino de Língua Portuguesa

**Palavras-chave:** Gênero, Análise de Discurso, Ensino de Língua Portuguesa

### O INTRODUÇÃO

Este artigo tem como tema um estudo discursivo sobre o ensino de língua portuguesa e identidades de gênero.

A Análise do Discurso de tradição francesa, teoria que dá suporte a este estudo, pode ser muito útil nas aulas de Língua portuguesa, pois pode oferecer instrumentais para se refletir sobre a estrutura e a geração de sentidos em um determinado texto; pode auxiliar o professor para que este oriente seus alunos a descobrirem pistas para a interpretação, bem como marcas estruturais e ideológicas de um texto. Certamente também pode ser muito útil na compreensão de como se dá constituição das identidades de gêneros.

Vários autores preocupam-se com estudos das relações de gênero e expõem a rede de poder que permeia esta questão, expondo que identidades de gêneros, através dos discursos, se produzem pelas relações de poder.

Quanto ao poder, Foucault (1988, p.96) ressalta que

é preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta. O discurso veicula e produz poder; reforça-o, mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo. Da mesma forma, o silêncio e o segredo dão guarida ao poder, fixam suas interdições; mas, também, afrouxam seus laços e dão margem a tolerâncias mais ou menos obscuras.

Neste contexto, o objetivo primordial deste estudo é investigar os modos de representação e de constituição das identidades de gênero em práticas discursivas no ensino de Língua Portuguesa no 9º ano do Ensino Fundamental.

Para alcançar os objetivos propostos utilizou-se como recurso aspectos teóricos-metodológicos fundamentados nos princípios da análise do discurso de tradição francesa, com ênfase no método arqueológico de Foucault.

O texto final foi fundamentado nas ideias e concepções de autores como Foucault (1988; 1996), Pêcheux (2007; 2008), Orlandi (2007; 2008) Bourdieu (1995) e Louro (2005), dentre outros.

## 1 – O GÊNERO

### 1.1 – Gênero – O Feminino e o Masculino na Pós-Modernidade

Nas últimas décadas, a reflexão sobre o gênero foi se tornando um elemento importante na análise e compreensão de problemas que envolvem não apenas comportamentos relacionados às mulheres, mas a todos os seres humanos que não se enquadram nos estereótipos sexistas da sociedade patriarcal, bem como dificuldades encontradas na vida pública, nas relações de trabalho, nas religiões e, claro, na educação.

Ao longo da história, as diferenças sexuais que marcam biologicamente mulheres e homens em sua constituição física foram e ainda são utilizadas para definir papéis e atribuições ao masculino e ao feminino, deixando para este último, quase sempre, atribuições menores se comparadas ao primeiro. Egg Ander, no livro “*opresión y marginalidad de la mujer*”, fala das características do “*eterno feminino*”, apresentando como mito o que se diz a respeito da mulher: irracionalidade e emotividade; passividade e conformismo; debilidade e necessidade de apoio, infantilismo e superficialidade e, ainda, “*coquetería*” (*vaidade, frivolidade*)” (FAINHOLC, 1994, p. 56), como se tudo isso fosse algo natural e não culturalmente construído ao longo dos anos.

Passou-se a usar o termo sexo para as diferenças sexuais que marcam biologicamente mulheres e homens e gênero para as construções sociais. Carvalho (1998, p. 138) afirma que “gênero tem sido cada vez mais usado para referir-se a toda construção social relacionada a distinção masculino/feminino, incluindo aquelas construções que separam em machos e fêmeas.” O problema é que as construções acabam se apresentando como “naturais” e intrínsecas a homens e mulheres. Fogem à reflexão os aspectos temporais e históricos que condicionam a cristalização do agir social. Dessa forma, gênero se faz como uma construção social e, exatamente por isso, varia sua expressão de acordo com as diferenças históricas, geográficas, culturais, religiosas etc.

Segundo Louro, o conceito de gênero serve como “uma ferramenta analítica que é, ao mesmo tempo, uma ferramenta política”. (LOURO, 2004, p.21). Mas a introdução do termo gênero não foi feita sem controvérsias ou debates, principalmente pelo fato de ser um termo que inviabiliza o sujeito da luta feminista. Aos poucos ele foi se incorporando às várias correntes feministas e sendo utilizado com significados diversos. Mesmo com as divergências, em um ponto as concepções convergiam:

Com o conceito de gênero pretendia-se romper a equação na qual a colagem de um determinado gênero a um sexo anatômico que lhe seria “naturalmente” correspondente resultava em diferenças inatas e essenciais, para argumentar que diferenças e desigualdades entre mulheres e homens eram social e culturalmente construídas e não biologicamente determinadas. (MEYER, 2003, p.15)

Joan Scott, em seu instigante artigo “*Gender: a useful category of historical analysis*”, propõe a desconstrução binária masculino – feminino. A historiadora constata que comumente os estudiosos concebem homem e mulher como pólos opostos: de um lado o homem dominador e opressor e do outro a mulher submissa e oprimida. Fundamentando-se em Jacques Derrida e Michel Foucault, pensadores pós-estruturalistas, Scott vai propor a implosão desta lógica.

Somente rompendo com esta dicotomia iremos refletir sobre o gênero incluindo as diferenças, a diversidade; a dicotomia é uma lógica perversa visto que exclui categorias que não se “enquadram” na polaridade. Louro (1999, p.90) assegura que

operar dentro dessa matriz (da polaridade) pode acarretar problema de duas ordens: de um lado pode dificultar a percepção de sujeitos e de grupos que não se “enquadram na polaridade aí suposta (impedindo, conseqüentemente, o reconhecimento daqueles e daquelas que estão construindo formas distintas, novas ou transgressivas de identidade feminina e masculina); por outro lado, pode permitir que se atribua aos sujeitos que não obedecem a essa lógica dicotômica o caráter de desviantes, problemáticos ou patológicos.

De acordo com Goulart (2003, p.18), o filósofo francês Jacques Derrida, pós-estruturalista, compreende o pensamento moderno como marcado pelas dicotomias, por polaridades rígidas, pois cada polo é uno; o primeiro elemento é sempre superior. Por exemplo: a teoria é superior à prática; a ciência é superior à ideologia etc. Torna-se necessário desconstruir a polarização, vermos os elementos como plurais para que o pensamento se torne fértil, dinâmico.

Louro (1997, p.31) reforça:

A proposição de desconstrução das dicotomias — problematizando a constituição de cada polo, demonstrando que cada um na verdade supõe e contém o outro, evidenciando que cada polo não é uno, mas plural, mostrando que cada polo é, internamente, fraturado e dividido — pode se constituir numa estratégia subversiva e fértil para o pensamento.



Desconstruir a polaridade rígida dos gêneros, então, significaria problematizar tanto a oposição entre eles quanto a unidade interna de cada um. Implicaria observar que o polo masculino contém o feminino (de modo desviado, postergado, reprimido) e vice-versa; implicaria também perceber que cada um desses polos é internamente fragmentado e dividido, afinal não existe “mulher” mas várias e diferentes mulheres que não são idênticas entre si, que podem ou não ser solidárias, cúmplices, opositoras. (LOURO, 2004, p. 31-32)

Pesquisadoras, como Louro (1997), Meyer (2003) e outras, trabalham nessa perspectiva teórica pós-estruturalista – que nós também assumimos enquanto pesquisador.

O pós-estruturalismo tem seu início com Roland Barthes criticando o Estruturalismo de Saussure, mas se consolida com Jacques Derrida com seu combate à tradição racionalista ocidental, para quem “a razão foi moldada da certeza, o que chamo de logocentrismo, a garantia da palavra feita carne”. (APPIGNES e GARRAT, 2004, p. 77). A história do pensamento ocidental, de Platão até Heidegger, sempre foi a história do logocentrismo, ou seja, da razão como centro de todo pensamento que se diz “sério”. Derrida vai questionar a arrogância totalitária da Razão e, assim como Barthes, também se coloca contra o Estruturalismo afirmando que “o sentido não é inerente aos signos nem à coisa referida, mas resulta delas relações entre eles”. (LOURO, 2004, p.79).

Portanto, fica claro que o pós-estruturalismo ao qual nos referimos evidencia a discussão de gênero voltada para “abordagens que enfocam a centralidade da linguagem (entendida em sentido amplo) como *“lócus” de produção das relações que a cultura estabelece entre corpo, sujeito, conhecimento e poder.*” (MEYER, 2003, p.16).

Aliás, uma das principais preocupações dos estudos relacionados com o gênero foi a questão do poder. Estudos feministas falam de um homem dominador versus mulher dominada. Michel Foucault (2002) vai contribuir de forma significativa para as discussões sobre as relações de poder, Isto ajuda a romper com a dicotomia simplista e maniqueísta em que o homem aparece como um vilão repleto de poder e a mulher como eterna vítima completamente destituída de poder. Segundo Foucault (2002), o poder não é detido pelas estruturas ou ideologias estabelecidas. Ocorre nas micro relações, ou seja, em todas as relações existentes no cotidiano.

Deste modo posiciona-se de forma contrária ao pensamento marxista, que compreende o poder a partir das suas contradições, percebendo-o como sendo exercido especialmente na esfera político-econômica, de onde provém a relação de dominação das classes oprimidas. O filósofo francês, ao contrário, afirma não é possível se explicar as relações de poder através da imposição

ideológica ou da repressão. Segundo seu pensamento há acima de tudo, um processo de luta, de batalha dos micro poderes. (FOUCAULT, 2002, p.5)

De acordo com Foucault (2002), a hegemonia de certos discursos, ou de grupos dirigentes de uma dada sociedade não se dá pela “tomada de poder”, visto que ninguém pode detê-lo. O poder seria então algo externo, exercido em rede. Encontra-se em todas as relações. Deve-se analisar o poder pela sua relação direta ou indireta “com aquilo que poderíamos chamar provisoriamente de seu objeto, seu alvo, ou seu campo de aplicação, quer dizer, onde ele se implanta e produz efeitos reais” FOUCAULT, (2002, p.182).

Foucault reforça ainda seu pensamento afirmando que os indivíduos sempre estão em posição de exercer e de sofrer a ação do poder, nunca sendo seu alvo inerte ou consentido.

De acordo com Foucault (2002, p. 183),

Não [se deve] tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras; mas ter bem presente que o poder (...) não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem (...) e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos. O poder deve ser analisado (...) como algo que só funciona em cadeia, (...) [ele] funciona e se exerce em rede. (FOUCAULT, 2002, p.183)

Foucault (2002) nos mostra ainda que o poder se transforma ao longo da história, nas diferentes culturas e sociedades, bem como ele (o poder) é ligado a outras manifestações correlatas: os processos econômicos, o saber científico, as instituições pertencentes a uma determinada sociedade. Ou seja, o poder é exercido em todas as instâncias sociais e é gerador das várias diferenciações entre as pessoas. Não é privilégio dos homens. Na verdade, existem correlações de forças que atravessam todas as instituições e subjetividades de corpo social. O tecido social se faz a partir de inúmeras redes e tramas e não a partir de bipolarizações.

Não queremos com isso negar a dominação masculina, que é ainda onipresente e universal (BORIS, 2002, p.31), mas apenas acreditamos que não devemos ter uma visão simplista como se a sociedade estivesse dividida em dois polos: de um lado homens dominadores e de outro, mulheres dominadas.

Bordieu (1995) alerta para o fato de que as mulheres podem contribuir para que elas mesmas sejam dominadas. Um exemplo desta contribuição seria quando as próprias mulheres reproduzem um discurso essencialista (BORIS, 2002, p.29). Segundo Boris (2002), é somente a partir do reconhecimento, por parte das próprias mulheres, de que estas reproduzem o poder masculino e que poderá ocorrer uma verdadeira revolução simbólica e a partir daí a transformação das relações sociais de gênero.

Bourdieu (1995) reconhece que as estruturas simbólicas têm um extraordinário poder, um poder quase mágico, semelhante ao poder que se obrem através da força, seja ela física ou econômica; através do poder simbólico se ignora a arbitrariedade, como se os comportamentos, por exemplo, entre homens e mulheres, fossem naturais e não algo construído historicamente.

Retornando à questão do poder que se estabelece entre homens e mulheres, estes são homens e mulheres de várias classes, raças, idades, religiões etc., em que podemos perceber o exercício do poder acontecendo em várias direções. E, é importante se destacar que os dominados são capazes de fazer dos espaços de opressão lugares de exercício de poder e de resistência. Só se pode entender isto se optarmos pela desconstrução da oposição binária.

E, o que é mais importante, a ruptura com a bipolaridade vai fazer com que se possa compreender que não existem apenas uma forma de ser masculino e outra de ser feminino. Na verdade existem diferentes formas de masculinidade e de feminilidade. É perversa a lógica dicotômica, pois ignora e/ou nega todos os sujeitos sociais que não estão dentro destas formas. O enraizado caráter heterossexual, presente no conceito de gênero é preciso ser desconstruído para que se possa contemplar aquelas e aqueles que vivem de formas diversas das feminilidades e das masculinidades hegemônicas na sociedade.

## 2 – ASPECTOS TEÓRICOS-METODOLÓGICOS

### 2.1 – Natureza da Pesquisa

Este é um estudo na área da linguagem, fundamentado nos princípios da análise do discurso de tradição francesa. A Análise do Discurso é uma teoria e uma metodologia que utiliza elementos da Linguística, da Psicanálise e das Ciências Sociais, fazendo uma abordagem a partir dos discursos produzidos. O Discurso é um *complexo processo de constituição de sujeitos e produção de sentidos, ambos afetados pela história, e não meramente transmissão de informação.* (ORLANDI, 2015) Assim, entende-se como discurso *efeito de sentidos entre locutores.* Dentro desta perspectiva teórico-metodológica, a língua é condição de possibilidade do discurso, e ao se fazer uma análise deve-se observar não só o que é dito, mas também o não-dito. E mais: na análise, faz-se necessário trazer para a discussão as questões sócio-históricas, pois estas constituem uma dimensão constitutiva do discurso. Não se pode esquecer que o discurso é um acontecimento e isto significa que todo enunciado está inserido em uma rede de outros enunciados, estabelecendo com estes relações parafrásticas, o que leva Foucault (2007, p.14) a explicar que não há enunciados livres ou neutros, independentes de outras redes discursivas. Então, as relações entre interdiscurso e intradiscurso é que devem ser o objeto de análise para que se possa entender como se dão as relações que ocorrem entre a estrutura e o acontecimento.



Do ponto de vista metodológico, a Análise do Discurso não compreende descrição e interpretação como momentos distintos dentro de uma análise. E mais: não existem modelos de análise acabados, prontos, pois todo discurso é complexo. Como já foi dito, discurso não é uma simples mensagem transmitida ou a fala como na teoria de Saussure; discurso é o efeito de sentidos entre locutores (Orlandi, 2003).

## 2.2 – Universo da Pesquisa

Esse projeto foi desenvolvido em uma turma do Colégio Jenny Gomes, situado no bairro Aeroporto, no município de Fortaleza. Trata-se de uma escola pública, sob responsabilidade da Secretaria do Estado do Ceará – SEDUC. Está situado em um bairro periférico e sua clientela é formada por alunos oriundos de famílias de baixa renda. A comunidade a que esta Unidade Escolar encontra-se inserida é formada por residentes de poder aquisitivo restrito, falta de emprego e condições de sobrevivência na maioria das vezes precária, tendo como principais problemas: violência, evasão, a falta de estímulo por parte de alguns alunos e desemprego. (PPP do Colégio Jenny Gomes, 2014, p.13). A pesquisa foi desenvolvida em uma 9ª série, com 11 garotas e 12 garotos, na faixa etária de 14 anos.

## 2.3 – O “Corpus”

De acordo com Orlandi (2007), a análise de discurso se inicia por um recorte, que consiste na identificação de fragmentos de corpus dotados de sentido (associações semânticas). No presente estudo, como se pretende analisar os discursos de alunos acerca de preconceitos relacionados ao gênero, o *corpus* foi obtido através de questionário. De acordo com Gil (1999, p.128), esta técnica de coleta de investigação pode ser definida

como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos e levado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.(GIL, 1999, p.128).

Esta técnica é vantajosa porque me permitiu atingir todo/as aluno/as e garantiu o anonimato dos/as mesmos/as.

## 3 – RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram feitas algumas perguntas objetivas e abertas aos adolescentes envolvidos nesta pesquisa. Nas respostas objetivas alunas e alunos deixam transparecer discursos mais abertos, pois quando se fala de quem deve cuidar da casa e dos filhos, quem deve pagar as contas e cuidar da educação das crianças, à medida que a maioria optou pela responsabilidade de homens e mulheres, Já nas questões abertas, os discursos permeados de ideologias favoráveis às perpetuações dos estereótipos de gênero se sobressaem. Sobre estas últimas, passa-se a comentar a seguir.

A primeira foi: *Garotos e garotas devem se comportar da mesma forma? Por quê?* . Entre os alunos as respostas se dividiram entre sim e não. Entretanto o que chama a atenção são algumas justificativas.

Um aluno responde sim, e justifica sua resposta, contrariando a afirmativa e confundindo o que é próprio do biológico e próprio do gênero: Aluno - *“Sim, pois tem corpos diferente (sic) devem ter comportamento (sic) diferentes”*. Outro reforça: *“Não, por conta do sexo tem suas diferenças no modo de se vestir e etc.”* Um terceiro associa capacidade a gênero: *“Não, pois tem variações de capacidade de acordo com o gênero”*. Outros relacionam o comportamento às atitudes individuais, com respostas do tipo: *“Não, cada um age da forma que quer”*.

Interessante a justificativa de um aluno que mesmo equivocada ao associar biologia e gênero, reflete a filiação ao discurso recente de alguns segmentos conservadores ligados a religiões fundamentalistas chamado pejorativamente pelos mesmos de “ideologia de gênero: *“Todos os seres humanos podem ser o que quiser pois a biologia de genero nao inporta (sic)”*.

O discurso das alunas não se diferencia muito dos alunos. A maioria acha que não e inscrevem-se em formações discursivas definidas por formações ideológicas que procuram justificar os estereótipos disseminados ao longo da história sobre a identidade de gênero. Observem-se os quatro depoimentos seguintes: *“Não. Porque eu acho que existe (sic) atitudes que que (sic) eles devem se comportar de maneira diferente”*; *“(Garotos e garotas) devem se comportar de formas diferentes, pois existem comportamentos diferentes para cada gênero”*; *“Não; pois cada gênero tem suas diferenças de como se por em sociedade”*. *“Não, porque tem formas de agir que se as meninas fizer (sic) o mesmo fica estranho”*.

Ou seja, trata-se de um discurso que nos remete a uma visão patriarcalista que estabelece determinados tipos de comportamentos próprios para garotas que são diferentes dos garotos. Ao não



seguir os padrões, o agir das garotas, por exemplo, “fica estranho”, visto que “cada gênero tem suas diferenças” e “devem se comportar de maneira diferente”.

A segunda pergunta aberta foi o questionamento sobre quem tem melhor desempenho na escola, se o homem ou a mulher.

As alunas acham que não há um gênero que tenha um desempenho melhor do que o outro na escola. Para elas “sexo não define inteligência”, “os dois sexos são capazes”, ambos podem ter bom desempenho, “contanto que estudem” ou “é só estudar igualmente”. E mais: o desempenho “não depende de gênero”, bem como a “inteligência não depende de gêneros”.

A maioria dos alunos também acredita que ser homem ou mulher não define um bom desempenho na escola, pois “o sexo não define a capacidade de uma pessoa” – como afirma um deles; o que determina –na opinião de outro- é “o grau de comprometimento de ambos”. Mas o que é mais significativo é que três dos doze alunos participantes da pesquisa consideram que são as mulheres que tem um maior desempenho na escola por serem “mais concentradas e inteligentes” e também por terem “mais foco”.

A última pergunta foi a respeito do preconceito sobre o homossexualismo: *Você tem algum tipo de preconceito com o homossexualismo? Por quê?*

Exceto uma das estudantes no grupo das alunas respondeu sim e justificou sua resposta a partir de um discurso criacionista e literal: “pois Deus criou o homem e a mulher”. As outras responderam não e justificaram pelo fato de ser “uma opção de cada um” ou porque todos “merecem respeito”.

Os alunos, basicamente, inseriram-se nas mesmas formações discursivas ao responderem não e justificaram com palavras como “respeito” e “opção”. Entretanto, três justificativas chamam atenção em uma pesquisa que investiga aspectos relacionados a discurso e gênero. Um aluno afirma: “Eu acho que a pessoa ser homossexual é normal, só não gosto da prática homossexual”. Outro usa uma adversativa após declarar-se livre do preconceito: “Preconceito, não. Eu respeito, mas não apoio”. E um terceiro faz uma referência explícita à expressão “ideologia de gênero”: “Sim, sou contra a ideologia de genero (sic) pois se nasce homem tem que ser homem”.

Diante do que foi descrito, percebe-se a ilusão discursiva do sujeito, que, de acordo com analistas do discurso (PÊCHEUX e FUCHS, 1975, p.20-21; BRANDÃO, 2012, p.83-83; ORLANDI, 2015, p.32-34), o sujeito cria uma realidade discursiva ilusória através de dois tipos de

esquecimento: (1) em que pensa ser a origem de seu discurso e (2) a seleção que faz entre o dito e o não-dito.

Destaca-se, nos enunciados ora analisados, a presença da heterogeneidade –“constitutiva do próprio sujeito”, afirma Brandão (2012, p.83) – produzida pela dispersão do sujeito refletida nas afirmações muitas vezes díspares. Isto ocorre pela perda da centralidade do sujeito, ou dizendo em outras palavras, porque um discurso pode estar atravessado por várias formações discursivas (BRANDÃO, 2012, p.83).

Interessante lembrar a concepção de autoria em Foucault em A ordem do discurso (1996, p.25): o autor não é compreendido como correspondente ao “indivíduo que fala, que pronunciou ou escreveu, mas o autor como princípio de agrupamento do discurso como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência”. Ou seja, locutor, enunciador e autor são funções diferentes do sujeito. Brandão (2012, p.84-85) esclarece:

*Locutor*: é aquele que se representa como eu no discurso; *enunciador*: é a perspectiva que esse eu constrói; *autor*: é a função social que esse eu assume enquanto produtor da linguagem. O autor é, dentre as dimensões enunciativas do sujeito, a que está mais determinada pela exterioridade (contexto sócio histórico) e mais afetada pelas exigências de coerência, não-contradição, responsabilidade.

Dessa forma, para a análise do discurso não há discursos monológicos –podem “fingir” sê-los. Todo discurso tem intrínseco outros discursos, afinal tudo o que é dito é na verdade um já-dito.

É na interação, no diálogo que o sujeito irá se constituir e neste processo constrói também a realidade, ao modificá-la e ser modificado por ela:

O sujeito, por sua vez, ao dizer, se significa e significa o próprio mundo. Nessa perspectiva é que consideramos que a linguagem é uma prática. Não no sentido de realizar atos, mas, porque pratica sentido, ação simbólica que intervém no real. Pratica, enfim, a significação do mundo. O sentido é história e o sujeito se faz (se significa) na historicidade em que está inscrito. (ORLANDI, 2001, pág. 44)

Assim, percebe-se que nesta dinâmica, o sujeito constitui a sociedade, que é reflexo dos discursos e estes nunca são inéditos, pois a novidade está no acontecimento e não no que está sendo dito.

O novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta. O autor, não é entendido, é claro, como o indivíduo falante que pronunciou ou escreveu um texto, mas o autor como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações como foco de sua coerência. (FOUCAULT, 1996, p. 26).

Portanto, discurso é lugar do simbólico e do político, como afirma Orlandi (2015, p.36), “lugar do trabalho da língua e da ideologia”. As respostas dos questionários analisados atestam que é no jogo discursivo que a ideologia se materializa. A sociedade procura de várias formas mascarar seus preconceitos – incluindo-se aqui os de gênero – com enunciados do tipo “não é da minha conta”, “cada um tem sua opção” e “respeito”, entretanto práticas e discursos preponderantes ainda são conservadores e discriminatórios.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo procurou investigar modos de representação das identidades de gênero em práticas discursivas no ensino de Língua Portuguesa em uma turma de 9º ano da escola pública. Buscou também analisar as condições de produção discursiva e quem é esse sujeito que produz esse discurso.

Os discursos acerca do gênero são heterogêneos e por serem culturais e históricos, evidentemente, vão se modificando ao longo da história. Esta heterogeneidade pode ser percebida na contradição que se viu nos enunciados analisados neste estudo, pois como já foi visto, o princípio que constitui a formação de todo discurso é o da contradição, afinal, como nos lembra Foucault (2007, p.170), a contradição funciona “ao longo do discurso, como o princípio de sua historicidade”.

Discursos patriarcais, principalmente fundamentados em princípios religiosos conservadores, ainda estão presentes nas escolas, entretanto a intervenção proposta comprova que estes discursos podem ser mudados a partir de práticas pedagógicas inclusivas, comprometidas com a formação libertária do ser humano.

## REFERÊNCIAS

- APPIGNANESI, Richard y GARRAT, Chris. **Posmodernismo para principiantes**. Buenos Aires: Longseller, 2004.
- BRANDÃO, Helena Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas, SP, Ed. Unicamp, 2012.
- BORIS, Georges Daniel **Falas de Homem** – A construção da subjetividade masculina. São Paulo: Anablume, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, vol. 20, n.2, 1995.



CARVALHO, Marília Pinto de. Gênero e trabalho docente: em busca de um referencial teórico. In: BRUSCHINI, Cristina; BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa (Orgs.). **Horizontes plurais: novos estudos de gênero no Brasil**. São Paulo: Editora 34/Fundação Carlos Chagas, 1998.

FAINHOLC, Beatriz. **Hacia una escuela no sexista**. Buenos Aires: Aique, 1996..

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 15. ed. São Paulo: Loyola, 1996

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOULART, A. T. **Notas sobre o desconstrucionismo de Jacques Derrida**. 2003. Disponível em: [http://www.pucminas.br/imagenb/mestrado\\_doutorado/publicacoes/PUA\\_ARQ\\_ARQUI20121011175312.pdf.pdf](http://www.pucminas.br/imagenb/mestrado_doutorado/publicacoes/PUA_ARQ_ARQUI20121011175312.pdf.pdf). Acesso em 07 de março de 2016.pdf

LOURO, Guacira. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: Vozes, 1999

LOURO, Guacira. **Produzindo sujeitos masculinos e cristãos**. In: Veiga-Neto, A. (org.) Crítica pós-estruturalista e educação. Porto Alegre, Sulina, 1995.

LOURO, Guacira. **Gênero, história e educação: construção e desconstrução**. Educação & Realidade, RETORNA:101-132. 1995.

MEYER, Dagmar Estermann. **Gênero e educação: teoria e política**. In. LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre. (Org.). Corpo, gênero e sexualidade: Um debate contemporâneo na educação. Petrópolis, R.J: Vozes, 2003. p.9-27.

MOURÃO, Irmã M<sup>a</sup> Silva, GARUTI, Pe. Alberto e GUEDES, Pe. Vicente de Paulo Moretti. **Gênero, Identidade e Vida Religiosa**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise do Discurso: princípios & procedimentos**. São Paulo: Pontes, 2015.

ORLANDI, E. **Discurso e leitura**. 6<sup>a</sup> ed. Campinas: Cortez, Editora da Universidade de Campinas, 2001.

ORLANDI, E. **O Que é Linguística**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

PÊCHEUX, Michel e FUCHS, Catherine. (1975). A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 163-252.

PÊCHEUX, Michel. **Discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas/SP: Pontes editores, 2008.